



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/rfi.

1. Conjuntura Econômica

Após o segundo trimestre de 2022, o Banco Santander observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 1,2% em 2022 frente à expansão de 4,6% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do primeiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou além do consenso de mercado - a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,5% para o primeiro trimestre de 2022. Os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior, estimávamos alta de 1,0% e reforçaram nossa expectativa de que a economia brasileira crescerá 1,2% em 2022.

No último trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 12,1%, patamar acima da meta de 3,50% determinada para 2022 e superior ao valor de 9,5% projetado pelo Santander para o mesmo ano. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 11,75% a.a. para 13,25% a.a. entre o final do segundo trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 5,3% a.a. ao final de 2023 e 3,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o segundo trimestre de 2022 cotada a R\$5,10/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$4,74/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,15/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente antecederam em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) intensificação no ritmo de ajuste de política monetária nos EUA; 2) início de normalização da política monetária na Zona do Euro; 3) novo surto de contaminação de COVID-19 na China, provocando reimplantação de lockdowns em cidades importantes do país como Shanghai e Beijing e; 4) elevação na cotação do barril de petróleo derivada de restrições de oferta, que reforçou as pressões inflacionárias ao redor do globo. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação de medidas tributárias para tentar aliviar pressões inflacionárias, que elevaram o desconforto com a dinâmica das contas públicas nos anos à frente e; 2) retirada de potenciais candidaturas à presidência, reforçando a natureza polarizada do pleito deste ano.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	42.399,6	30.253,1	40,1	48.094,7	(5.695,1)	(944,5)
Despesas da Intermediação Financeira	(25.915,8)	(8.898,7)	191,2	(41.235,0)	15.319,2	(369,2)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	16.483,8	21.354,4	(22,8)	6.859,7	9.624,1	(28,7)
Outras Receitas (Despesas)	(5.551,2)	(7.528,1)	(26,3)	(1.553,0)	(3.998,2)	(61,2)
Operacionais (b)	(6.581,6)	(7.528,1)	(26,3)	(1.553,0)	(3.998,2)	(61,2)
Resultado Operacional	10.932,6	13.826,3	(20,9)	5.306,7	5.625,9	(5,7)
Resultado não Operacional	416,3	28,1	1.381,4	44,8	371,5	(87,9)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,4	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(2.288,5)	(5.926,9)	(61,4)	(749,1)	(1.539,4)	(51,3)
Participações no Lucro	(1.039,1)	(940,5)	10,5	(563,5)	(475,6)	18,5
Participações dos Acionistas Minoritários	(98,7)	(67,9)	45,4	(62,2)	(36,5)	70,5
Lucro Líquido Societário	7.922,7	6.919,1	14,5	3.976,8	3.945,9	0,8

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.061,9	(13,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.348,9	13.				

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido do Período	7.776.385	7.095.077	7.922.689	6.919.080
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:				
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(800.766)	(1.056.200)	(903.337)	(1.069.498)
Próprios	(1.278.274)	(1.721.235)	(1.592.717)	(1.926.517)
De Ligada	(120.570)	(186.599)	-	-
Imposto de Renda	598.078	851.634	689.380	857.019
Hedge de Fluxo de Caixa	(517.316)	(532.142)	(517.316)	(532.142)
Próprios	(749.013)	(655.505)	(873.528)	(846.891)
De Ligada	(124.515)	(191.386)	-	-
Imposto de Renda	356.212	314.749	356.212	314.749
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	136.042	124.641	136.042	124.641
Plano de Benefícios	136.042	124.641	136.042	124.641
Próprios	322.083	264.348	322.083	264.348
Imposto de Renda	(186.041)	(139.707)	(186.041)	(139.707)
Resultado Abrangente do Período	6.594.345	5.631.376	6.638.078	5.442.081
Atribuível à controladora	-	-	6.539.362	5.374.163
Atribuível aos Acionistas Minoritários	-	-	98.716	67.918
Total			6.638.078	5.442.081

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado					
		01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021				
Receitas da Intermediação Financeira		37.482.298	25.092.779	42.399.620	30.253.142				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		7.762.344	7.481.091	9.499.106	9.551.724				
Provisão para Perdas Esperadas		(9.049.271)	(5.936.734)	(10.920.500)	(7.064.177)				
Outras Receitas e Despesas	8.e	(1.960.324)	(3.388.737)	(2.038.362)	(4.112.860)				
Despesas da Intermediação Financeira		(17.026.490)	(841.324)	(15.992.041)	(1.678.175)				
Insumos de Terceiros		(4.352.905)	(4.031.153)	(4.325.963)	(4.232.884)				
Material, Energia e Outros		(181.538)	(129.235)	(194.907)	(137.879)				
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	25	(1.163.206)	(1.071.342)	(1.190.524)	(1.268.193)				
Outros		(3.008.161)	(2.830.576)	(2.980.132)	(2.826.812)				
Valor Adicionado Bruto		12.855.652	18.375.928	18.621.860	22.716.770				
Retenções		-	-	-	-				
Depreciações e Amortizações	25	(1.383.415)	(2.289.077)	(1.474.746)	(2.413.988)				
Valor Adicionado Líquido Produzido		11.472.237	18.086.844	17.147.114	20.302.782				
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	2.454.165	1.959.333	43.400	28.566				
Valor Adicionado Total a Distribuir		13.926.402	18.046.177	17.190.514	20.331.348				
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		3.653.660	26,3%	3.446.718	19,1%	4.339.926	25,2%	3.978.470	19,6%
Remuneração	24	1.910.919		1.699.140		2.228.729		1.958.920	
Benefícios	24	591.128		594.143		791.426		706.617	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		196.765		162.531		248.622		192.968	
Outras		954.848		990.904		1.071.149		1.119.965	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.053.982	14,7%	7.109.238	39,4%	4.381.121	25,5%	8.967.675	44,1%
Federais		1.694.157		6.754.897		3.921.506		8.521.200	
Estaduais		280		336		427		376	
Municipais		359.545		354.005		459.187		446.099	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	442.375	3,2%	395.144	2,2%	448.062	2,6%	398.205	2,0%
Remuneração de Capitais Próprios		7.776.385	55,8%	7.095.077	39,3%	8.021.405	46,7%	6.986.998	34,4%
Dividendos	21.b	2.000.000		3.000.000		2.000.000		3.000.000	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	2.700.000		-		2.700.000		-	
Reinvestimentos de Lucros		3.076.385		4.095.077		3.420.121		4.054.916	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-		-		(98.716)		(67.918)	
Total		13.926.402	100,0%	18.046.177	100,0%	17.190.514	100,0%	20.331.348	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Atividades Operacionais		7.776.385	7.095.077	7.922.689	6.919.080
Lucro Líquido		7.776.385	7.095.077	7.922.689	6.919.080
Ajustes ao Lucro Líquido		14.422.743	57.332.110	19.045.195	60.657.215
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	8.e	9.049.271	5.936.734	10.920.500	7.064.177
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20.c	679.541	682.691	881.828	748.235
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		-	-	-	-
Tributos Diferidos	20.c	391.611	256.714	462.326	281.504
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	(2.454.165)	(1.959.333)	(43.400)	(28.566)
Depreciações e Amortizações	25	1.383.415	2.289.077	1.474.746	2.413.988
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(3.957)	18.008	(19.134)	12.901
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(50.628)	(48.891)	(32.471)	(45.565)
Resultado na alienação de Investimentos	28	-	-	-	59
Atualização de Depósitos Judiciais	26	(244.928)	(89.156)	(301.314)	(106.148)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		-	68.864	-	68.864
Atualização de Impostos a Compensar	26	(180.217)	(147.406)	(276.717)	(155.573)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(953)	(5.325)	(983)	(5.325)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		5.677.027	49.872.057	5.677.027	49.872.057
Outros		21.295	13.872	279.326	94.852
Variáveis em Ativos e Passivos		(27.774.251)	(59.342.287)	(46.894.499)	(59.265.674)
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(3.697.314)	24.164.722	(7.400.668)	29.564.425
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		6.228.674	11.899.979	4.393.567	9.409.958
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(11.532.873)	(26.398.275)	(13.493.797)	(31.086.826)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(482.338)	398.725	(454.876)	182.328
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		2.470.793	(2.639.646)	2.508.737	(2.665.608)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		134.797.423	40.565.614	134.744.679	35.701.416
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(864.180)	(261.970)	(906.628)	(155.289)
Redução (aumento) em Outros Ativos		3.080.106	(3.114.243)	1.690.462	2.703.510
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(984.433)	2.366.328	(1.661.773)	3.285.874
Variável líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(3.492.161)	(5.206.070)	(3.471.454)	9.700.910
Aumento (redução) em Depósitos		9.058.690	8.958.711	11.467.502	8.535.789
Aumento (redução) em Operações no Mercado Aberto		3.494.118	(32.544.712)	(5.543.621)	(31.549.219)
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(3.576.025)	7.324.629	(3.557.515)	7.284.829
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(135.650.257)	(91.220.591)	(135.547.475)	(85.947.362)
Aumento (redução) em Outros Passivos		(26.407.350)	2.476.936	(29.185.511)	(17.931.548)
Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais Correntes		474.750	4.944.128	2.092.233	6.173.559
Aumento (redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(360.501)	64.889	(382.255)	58.659
Imposto Pago		(331.373)	(1.121.441)	(2.185.906)	(2.531.079)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(5.575.123)	5.084.900	(19.926.615)	8.310.621
Atividades de Investimento					
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		(10.600.000)	-	-	-
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada		(365.108)	(600.000)	(395.316)	(18.664)
Aquisição de Outros Investimentos		(33)	-	(1.582)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(365.937)	(374.469)	(441.107)	(387.139)
Aplicações e Alienações no Intangível		(482.409)	936.500	(662.213)	723.373
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		38.491	876.065	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		285.331	-	40.548	39.612
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		318.439	343.668	327.520	354.469
Alienação de Imobilizado de Uso		514.856	23.634	538.237	573.482
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(10.656.370)	1.205.398	(593.913)	1.285.133
Atividades de Financiamento					
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	(410.024)	81.588	(410.024)	81.588
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		39.880.014	56.264.246	46.980.649	53.546.544
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(2.711.601)	(46.964.881)	(5.999.778)	(47.732.251)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.272.323)	(4.057.853)	(4.302.821)	(4.115.414)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		-	-	61.794	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		32.486.066	5.323.100	36.329.820	1.780.467
Variável Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		983	5.325	983	5.325
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		16.255.556	11.618.723	15.810.275	11.381.546
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	34.297.636	29.191.171	33.650.339	28.999.315
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	50.553.192	40.809.894	49.460.614	40.380.861

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
					Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	302.665	4.520.871	18.607.926	2.596.867	124.185	(3.178.279)	-	(791.358)	79.182.877
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	124.641	-	-	124.641
Ações em Tesouraria	21.d	-	40.582	-	-	-	-	-	-	81.588	81.588
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(70.111)	-	-	-	-	-	-	-	40.582
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.221.525)	(366.817)	-	-	-	(1.588.342)
Cisão	21.a	(2.000.000)	-	-	(527.444)	-	-	-	-	-	(2.527.444)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.095.077	-	7.095.077
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	354.754	-	-	-	-	(354.754)	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(2.800.000)	-	-	-	(200.		

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ative e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/2002 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I - hedge de risco de mercado; e
- II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embuído. Os derivativos embuídos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil de venda de crédito, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

n.1) Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.865 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegeciadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

l) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

l) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são realizadas as despesas de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

A Resolução CMN nº 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, a principal alteração que trazida é a extinção do COSIF "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como Títulos e Valores Mobiliários. A resolução passou a vigorar em janeiro de 2022. O Banco Santander avaliou e concluiu que não há impactos.

m) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

n) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os custos de aquisição e desenvolvimento de logiciels são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

n) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisão matemática para resgate resultante da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR)**;
- **Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;**

- **Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos;**
- **Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.**

o) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (feitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

p) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estimo o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

q) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embuído (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20 e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impretar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

s) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

t) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

u) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma determina que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Passivo.

v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

w) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de contrato de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

x) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

y) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 32.h

aa) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	50.338.950	(941.156)	49.397.794	43.030.702	53.086.565	(893.837)	52.192.728	50.550.213
Títulos Públicos	47.737.473	(761.971)	46.975.502	41.914.956	50.419.843	(714.651)	49.705.192	51.360.528
Títulos Privados	2.601.478	(179.185)	2.422.292	1.115.746	2.666.722	(179.186)	2.487.536	3.189.685
Títulos Disponíveis para Venda	127.362.076	-(2.049.668)	125.312.409	149.877.343	147.063.214	-(2.892.846)	144.170.367	157.876.639
Títulos Públicos	85.257.349	-(2.370.843)	82.886.506	113.510.140	102.841.663	-(3.188.498)	99.653.164	122.306.684
Títulos Privados	42.104.727	-	321.176	42.425.903	36.367.203	-	295.652	44.517.203
Títulos Mantidos até o Vencimento	22.972.672	-	22.972.672	15.279.130	-	-	22.972.672	15.279.130
Títulos Públicos	22.231.156	-	22.231.156	13.871.974	-	-	22.231.156	13.871.974
Títulos Privados	741.516	-	741.516	1.407.156	-	-	741.516	1.407.156
Total de Títulos e Valores Mobiliários	200.673.698	(941.156)	197.682.875	208.187.175	223.122.450	(893.837)	219.335.767	227.705.982

II) Títulos para Negociação

	Banco									
	30/06/2022		31/12/2021		Abertura por Vencimento		30/06/2022			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	47.737.473	(761.971)	46.975.502	41.914.956	-	6.587.965	7.057.109	7.218.238	26.112.190	46.975.502
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.235.883	1.858	1.237.741	3.341.790	-	183.806	267.245	414.348	372.342	1.237.741
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.583.031	(683.223)	36.899.809	12.531.398	-	4.639.233	6.336.558	3.985.225	21.938.793	36.899.809
Notas do Tesouro Nacional - LTN	8.711.365	(79.249)	8.632.116	24.340.120	-	1.676.568	351.033	2.806.522	3.797.982	8.632.116
Títulos da Dívida Agrária - TDA	23.292	-	22.911	23.972	-	1.687	6.413	12.139	2.672	22.911
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	2	394	1.673.785	-	-	-	-	391	394
Títulos da Dívida Externa										
Norte Americana	183.510	(980)	182.531	-	-	86.671	95.860	-	-	182.531
Debentures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-	3.891
Títulos Privados	2.601.477	(179.185)	2.422.292	1.115.746	479.057	2.862	5.803	24.443	1.910.128	2.422.292
Ações	14.994	(3.125)	11.869	13.692	11.869	-	-	-	-	11.869
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	398.616	(2.591)	336.026	11.502	-	2.862	5.626	7.034	320.504	336.026
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	196.480	(127)	196.353	57.603	-	-	-	139	212	196.002
Cotas de Fundos de Investimento	461.398	5.789	467.187	400.331	467.187	-	-	-	-	467.187
Debentures	1.589.989	(179.132)	1.410.857	632.618	-	-	-	38	17.196	1.393.623
Letras de Câmbio	-	-	-	103.678	-	-	-	-	-	103.678
Total	50.338.950	(941.156)	49.397.794	43.030.702	479.057	6.590.827	7.062.912	7.242.680	28.022.318	49.397.794

	Consolidado									
	30/06/2022		31/12/2021		Abertura por Vencimento		30/06/2022			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	50.419.843	(714.651)	49.705.192	51.360.528	-	6.673.535	7.214.680	7.295.946	28.521.031	49.705.192
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.861.535	(73.032)	8.788.503	12.531.398	-	1.676.568	507.420	2.806.522	3.797.982	8.788.503
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.407.434	10.711	1.418.145	10.566.700	-	269.376	268.429	492.057	388.284	1.418.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN	39.944.026	(650.983)	39.293.043	26.580.782	-	4.639.233	6.336.558	3.985.225	24.332.027	39.293.043
Notas da Dívida Agrária - TDA	22.945	(369)	22.576	23.972	-	1.687	6.413	12.139	2.337	22.576
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	2	394	1.673.785	-	-	-	-	391	394
Títulos da Dívida Externa										
Norte Americana	183.511	(980)	182.531	-	-	86.671	95.860	-	-	182.531
Debentures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-	3.891
Títulos Privados	2.666.722	(179.186)	2.487.536	1.189.665	527.128	2.862	5.803	24.442	1.927.301	2.487.536
Ações	15.022	(3.125)	11.897	1.502.576	11.897	-	-	-	-	11.897
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	40.097	-	40.097	-	40.097	-	-	-	-	40.097
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	338.617	(2.591)	336.026	11.502	-	2.862	5.626	7.034	320.504	336.026
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	196.480	(127)	196.353	57.603	-	-	-	139	212	196.002
Cotas de Fundos de Investimento	486.517	5.789	492.306	438.074	475.134	-	-	-	-	492.306
Debentures	1.589.989	(179.132)	1.410.857	1.076.252	-	-	-	38	17.196	1.393.623
Letras de Câmbio	-	-	-	103.678	-	-	-	-	-	103.678
Total	53.086.565	(893.837)	52.192.728	54.550.213	527.128	6.676.397	7.220.483	7.320.388	30.448.332	52.192.728

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco									
	30/06/2022		31/12/2021		Abertura por Vencimento		30/06/2022			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	85.257.349	-(2.370.843)	82.886.506	113.510.139	-	9.289.298	12.164.722	8.247.384	43.185.101	82.886.506
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	742	-	-	-	-	-	742
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	40.311.894	-	132.000	40.443.894	38.317.693	-	295.966	7.717.764	3.059.840	40.443.894
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽²⁾	-	-	-	16.532.828	-	-	-	-	-	16.532.828
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.768.050	-(2.263.148)	20.504.902	38.448.233	-	2.538.811	-	4.899.954	13.066.137	20.504.902
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.294.554	-(1.932)	1.292.622	2.274.913	-	43.662	212.730	287.590	748.640	1.292.622
Títulos da Dívida Externa Espanhola	19.117.330	-(243.686)	18.873.644	15.606.719	-	5.564.617	13.309.027	-	-	18.873.644
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.139.696	-	10.928	1.150.624	2.329.011	-	637.076	513.548	-	1.150.624
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	625.814	-(4.994)	620.820	-	-	209.167	411.654	-	-	620.820
Títulos Privados	42.104.727	-	321.176	42.425.903	36.367.203	3.582.274	9.896.322	13.206.995	14.049.463	42.425.903
Ações	320	-	(272)	49	49	-	-	-	-	49
Cédula de Produto Rural - CPR	15.170.156	-(465.421)	14.704.734	9.597.656	-	1.386.888	7.027.831	3.725.384	2.564.631	14.704.734
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	197.223	-	12.235	209.458	151.514	-	-	115.296	94.161	209.458
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.600	-(640)	1.960	2.784	-	-	-	-	1.960	1.960
Cotas de Fundos de Investimento	1.690.801	-	1.690.801	1.637.742	1.690.801	-	-	-	-	1.690.801
Imobiliários	-	-	-	169.064	-	-	-	-	-	169.064
Debentures ⁽¹⁾	20.087.967	-	802.779	20.890.745	19.306.649	-	1.801.955	2.103.663	5.826.449	20.890.745
Eurobonds	3.199.687	-	67.847	3.267.533	3.553.157	-	-	-	3.267.533	3.267.533
Letras Financeiras - LF	172.882	-	(306)	172.576	273.905	-	172.576	-	-	172.576
NOTA COMERCIAL	40.204	-	-	40.204	-	-	-	-	-	40.204
Notas Promissórias - NP	1.542.888	-(95.046)	1.447.842	1.674.683	-	220.855	764.827	272.333	189.828	1.447.842
Total	127.362.076	-(2.049.668)	125.312.409	149.877.342	1.690.849	12.871.571	32.061.044	21.454.380	57.234.564	125.312.409

*A Marcação a Mercado direcionada ao Resultado para os títulos em questão está atrelado à estratégia de Hedge de Risco de Mercado de risco de taxa de juros pré-fixada, vide nota 6) IV. Assim sendo, o efeito em resultado faz contrapartida aos instrumentos futuros de DI utilizados para realizar a proteção do valor justo dessa carteira.

	Consolidado									
	30/06/2022		31/12/2021		Abertura por Vencimento		30/06/2022			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	102.841.663	-(3.188.498)	99.653.165	122.306.684	-	15.144.753	24.222.411	12.838.160	47.447.841	99.653.165
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	742	-	-	-	-	-	742
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	52.543.443	-	130.261	52.673.705	41.036.255	-	5.785.983	8.893.059	6.413.127	51.581.535
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.001.933	-(90.452)	1.911.481	19.384.448	-	365.437	625.731	920.313	-	1.911.481
Notas do Tesouro Nacional - NTN ⁽²⁾	26.118.881	-(2.988.612)	23.130.269	41.674.596	-	2.538.811	256.663	5.217.129	15.117.665	23.130.269
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.294.554	-(1.932)	1.292.622	2.274.91						

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Banco											
	Valor Referencial					Banco						
	Contraparte		Abertura por Vencimento		Mercado de Negociação			30/06/2022		31/12/2021		
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	
	Partes	Instituições	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (2)					
	Clientes	Relacionadas	Financieiras (1)	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	
Swap	316.768.028	90.803.860	41.408.580	448.980.468	418.137.448	35.795.964	105.506.504	308.128.000	64.468.629	384.511.839		
Opções	75.085.449	1.770.126	640.324.752	717.180.328	1.130.172.099	227.786.130	437.825.169	51.569.029	274.883.856	442.296.472		
Contratos de Futuros	8.753.576	-	188.042.749	196.796.325	287.984.278	99.455.000	51.225.229	46.116.097	196.796.325	-		
Contratos a Termo e Outros	118.576.989	87.573	8.023.586	126.688.148	174.435.332	58.681.207	48.458.407	19.548.535	11.931.696	114.756.452		

	Consolidado											
	Valor Referencial					Banco						
	Contraparte		Abertura por Vencimento		Mercado de Negociação			30/06/2022		31/12/2021		
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	
	Partes	Instituições	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (2)					
	Clientes	Relacionadas	Financieiras (1)	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	
Swap	316.768.028	90.803.860	41.408.580	448.980.468	422.001.798	35.795.964	105.506.504	308.128.000	64.468.629	384.511.839		
Opções	75.085.449	1.770.126	640.324.752	717.180.328	1.130.172.099	227.786.130	437.825.169	51.569.029	274.883.856	442.296.472		
Contratos de Futuros	8.753.576	-	188.042.749	196.796.325	287.984.278	99.455.000	51.225.229	46.116.097	196.796.325	-		
Contratos a Termo e Outros	118.576.989	87.573	8.023.586	126.688.148	174.435.332	58.681.207	48.458.407	19.548.535	11.931.696	114.756.452		

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de Swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa Swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata Swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada no passivo através de emissões de letras de crédito imobiliário (LCI). Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao Índice de IPCA gerado por emissão de Letra Imobiliária Garantida. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- No segundo trimestre de 2022, foi implementada uma nova estrutura de hedge accounting com designação a partir de 01 de abril de 2022 em que relação de hedge é realizar a proteção de até 100% das dívidas que compõem a carteira de Time Deposit e Bancos correspondentes denominadas em Dólar, através da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção do risco de variação cambial.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata Swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são transações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza Swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	Banco									
	30/06/2022					31/12/2021				
	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional			
Hedge de Risco de Mercado	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	58.185	83.888	453.937	439.405	84.937	82.563	559.396	551.710		
Hedge de Operações de Crédito	58.185	83.888	453.937	439.405	84.937	82.563	559.396	551.710		
Contratos de Futuros	341.592	237.221	34.604.150	31.102.578	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967		
Hedge de Operações de Crédito	87.798	170.766	5.320.565	3.310.370	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	20.961	24.873	18.147.962	18.125.530	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378		
Hedge de Captações	232.833	41.582	11.135.623	9.666.678	-	-	-	-		
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Futuros	9.948	13.303	35.711.172	34.326.836	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644		
Hedge de Operações de Crédito	-	11.505	2.751.875	2.586.217	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.948	1.798	32.959.297	31.740.619	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781		
Hedge de Captações	-	-	-	-	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000		

Estratégias	Consolidado									
	30/06/2022					31/12/2021				
	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional			
Hedge de Risco de Mercado	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	58.185	83.888	453.937	439.405	84.937	82.563	559.396	551.710		
Hedge de Operações de Crédito	58.185	83.888	453.937	439.405	84.937	82.563	559.396	551.710		
Contratos de Futuros	341.592	237.221	34.604.150	31.102.578	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967		
Hedge de Operações de Crédito	87.798	170.766	5.320.565	3.310.370	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	20.961	24.873	18.147.962	18.125.530	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378		
Hedge de Captações	232.833	41.582	11.135.623	9.666.678	-	-	-	-		
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	4.021.939	3.915.796	2.284.194	2.080.633	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350		
Hedge de Captações	4.021.939	3.915.796	2.284.194	2.080.633	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350		
Contratos de Futuros	9.948	13.303	35.711.172	34.326.836	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644		
Hedge de Operações de Crédito	-	11.505	2.751.875	2.586.217	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.948	1.798	32.959.297	31.740.619	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781		
Hedge de Captações	-	-	-	-	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000		

(1) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(2) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Nível de Risco	Carteira de Créditos									
	30/06/2022					31/12/2021				
	%Provisão	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)
AA	0,0%	177.131.101	-	177.131.101	-	-	-	180.139.073	-	180.139.073
A	0,5%	104.779.727	-	104.779.727	523.899	3	523.902	104.992.054	-	104.992.054
B	1,0%	35.036.329	2.388.523	37.424.852	374.249	206	374.455	35.871.587	2.253.434	38.125.021
C	3,0%	28.894.407	3.193.832	32.078.239	962.347	1.925	964.272	29.029.189	2.738.938	31.828.127
D	10,0%	12.905.965	3.958.258	16.864.223	1.686.422	84.212	1.770.634	10.439.757	3.063.622	13.503.379
E	30,0%	3.218.604	2.864.414	6.083.018	1.824.905	1.046.272	2.871.177	2.346.953	2.301.009	4.647.962
F	50,0%	2.365.016	2.228.360	4.593.376	2.296.688	773.339	3.070.027	1.831.787	3.660.087	1.830.043
G	70,0%	2.367.959	2.011.920	4.379.879	3.065.916	919.319	3.985.235	1.865.631	1.570.929	3.436.560
H	100,0%	5.487.904	7.125.263	12.613.167	12.613.167	-	12.613.167	3.675.689	6.964.787	10.340.475
Total		372.177.012	23.770.570	395.947.582	23.347.593	2.825.276	26.172.869	369.888.233	20.784.506	390.672.739

Nível de Risco	Carteira de Créditos									
	30/06/2022					31/12/2021				
	%Provisão	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)
AA	0,0%	194.801.477	-	194.801.477	-	-	-	199.635.521	-	199.635.521
A	0,5%	139.884.465	2.046	139.886.511	699.433	3	699.436	138.688.667	2.090	138.690.757
B	1,0%	42.770.284	4.234.639	47.004.923	470.049	206	470.255	44.189.990	3.890.801	48.080.791
C	3,0%	30.828.433	4.948.561	35.776.994	1.073.310	1.925	1.075.235	31.313.221	4.196.290	35.509.511
D	10,0%	13.634.713	5.068.958	18.703.671	1.870.367	84.212	1.954.579	11.009.408	3.847.376	14.856.784
E	30,0%	3.407.726	3.601.853	7.009.579	2.102.874	1.046.272	3.149.146	2.633.675	2.896.995	5.529.770
F	50,0%	2.627.075	2.866.054	5.493.129	2.746.564	784.976	3.531.540	1.936.705	2.275.793	4.212.498
G	70,0%	2.442.740	2.462.908	4.905.648	3.433.953	1.071.685	4.505.638	2.031.334	1.916.832	3.948.166
H	100,0%	5.8								

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Câmbio

Carteira de Câmbio		Banco/Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021
Ativo			
Direitos sobre Venda de Câmbio		20.239.093	25.885.822
Câmbio Comprado a Liquidar		38.126.058	38.311.762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebíveis		(673.185)	(138.651)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas		131.160	131.244
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras		-	2.752
Total		57.823.126	64.192.929
Passivo			
Câmbio Vendido a Liquidar		27.517.052	34.822.053
Obrigações por Compra de Câmbio		31.027.788	29.117.239
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)		(9.135.051)	(6.380.642)
Outros		129	141
Total		49.409.918	57.558.791
Contas de Compensação			
Créditos Abertos para Importação		2.245.328	2.433.568
Créditos de Exportação Confirmados		48.883	288.822

10. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros		Banco	
		30/06/2022	31/12/2021
		Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)		57.823.126	64.192.929
Negociação e Intermediação de Valores		4.228.153	6.723.764
Relações Interfinanceiras		92.107.619	88.576.555
Créditos por Avals e Fianças Honorados (Nota 8.a)		559.361	471.385
Total		152.823.192	157.969.121

Carteira de Câmbio (Nota 9)		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021
Negociação e Intermediação de Valores		57.823.126	64.192.929
Relações Interfinanceiras		4.228.153	6.723.764
Créditos por Avals e Fianças Honorados (Nota 8.a)		92.107.619	88.576.555
Total		154.718.259	159.764.633

b) Negociação e Intermediação de Valores

		Banco		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar		792.837	1.521.217	1.821.883	1.897.317
Caixas de Registro e Liquidação		3.995	1.750	29.007	3.170
Devedores - Conta Liquidações Pendentes		16.427	39.216	265.835	718.223
Bolsas - Depósitos em Garantia		880.827	3.095.211	885.796	3.099.913
Outros ⁽¹⁾		1.196.485	967.848	1.225.633	1.005.141
Total		2.890.571	5.625.242	4.228.154	6.723.764
Passivo					
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar		257.893	2.940.343	629.675	3.247.435
Cretores - Conta Liquidações Pendentes		7.135	6.717	305.858	150.476
Cretores por Empréstimos de Ações		-	-	541.047	448.390
Caixas de Registro e Liquidação		1	-	115.500	332.350
Comissões e Corretagens a Pagar		3.596	2.766	4.506	3.685
Outros		426	-	17.653	327
Total		269.051	2.949.826	1.614.239	4.182.663

⁽¹⁾ Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Diferidos

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos		Origens			Banco		
		30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		35.554.381	32.151.456	14.468.155	4.076.931	(2.545.614)	15.999.471
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis		3.729.789	4.323.509	1.945.580	287.782	(554.956)	1.678.406
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		3.905.046	3.689.060	1.623.796	128.574	(31.380)	1.720.990
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas		5.691.476	5.587.123	2.514.206	364.865	(319.907)	2.561.165
Ágio		106.485	109.248	49.162	-	(1.243)	47.919
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos		9.575.601	8.081.267	1.562.878	2.442.458	(2.100.130)	1.905.206
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾		9.968.680	8.727.582	2.124.709	585.322	(283.179)	2.426.851
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾		769.478	1.769.948	796.476	36.961	(487.173)	346.264
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal		947.904	1.226.774	529.182	412.515	(534.942)	406.755
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾		6.851.674	6.935.677	3.022.850	-	(27.653)	2.995.197
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias		77.100.514	72.601.644	28.636.994	8.335.408	(6.884.178)	30.088.224
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social		10.080.975	10.144.740	4.536.556	262.005	(327.993)	4.470.568
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados		87.181.489	82.746.384	33.173.550	8.597.413	(7.212.171)	34.558.792

		Origens			Consolidado		
		30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		42.147.130	38.547.733	17.036.391	4.898.647	(3.262.215)	18.672.823
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis		4.001.074	4.590.834	2.046.045	336.328	(598.155)	1.784.218
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		6.308.667	6.028.667	2.537.729	179.118	(50.670)	2.666.177
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas		6.070.926	5.972.720	2.655.871	427.748	(381.589)	2.702.030
Ágio		106.485	109.248	49.162	-	(1.243)	47.919
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos		9.724.721	8.196.778	1.609.048	2.455.902	(2.100.130)	1.964.820
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾		11.974.900	10.748.333	2.471.319	608.436	(299.500)	2.780.255
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾		770.541	1.793.709	804.555	36.961	(494.890)	346.626
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal		1.084.227	1.432.705	599.768	464.234	(611.445)	452.557
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾		8.256.039	7.602.125	3.392.198	392.745	(230.161)	3.554.782
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias		90.444.499	85.022.252	33.202.086	9.800.119	(8.029.909)	34.972.206
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social		10.412.816	10.295.706	4.755.984	325.052	(360.961)	4.720.075
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados		100.857.315	95.317.958	37.958.070	10.125.171	(8.390.960)	39.692.280

⁽¹⁾ Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

⁽²⁾ Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

⁽³⁾ Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 30 de junho de 2022, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$67.553 - (31/12/2021 - R\$90.574) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Banco			
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total Registrados
2022	2.508.766	2.021.124	64.289	777.566
2023	5.493.014	4.371.756	128.579	2.628.002
2024	4.866.724	3.916.848	128.579	1.065.000
2025	2.715.873	2.184.426	128.579	-
2026	517.141	413.707	64.289	-
2027 a 2031	279.882	247.214	-	-
Até 2032	20.797	16.643	-	-
Total	16.402.197	13.171.712	514.316	4.470.568

Ano	Consolidado			
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total Registrados
2022	2.981.134	2.296.867	67.758	794.418
2023	6.544.140	4.994.654	135.515	2.703.334
2024	5.590.532	4.367.281	135.515	1.104.481
2025	3.146.130	2.457.810	135.515	40.366
2026	841.880	613.759	67.758	19.908
2027 a 2031	290.885	267.620	-	615.702
Até 2032	20.811	16.643	-	37.822
Total	19.415.512	15.014.633	542.060	4.720.075

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$30.572.178 - (31/12/2021 - R\$31.575.967) no Banco e R\$35.069.802 - (31/12/2021 - R\$36.110.693) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

Passivos Fiscais Correntes e Diferidos		Banco		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		2.619.134	2.030.169	3.580.063	2.708.477
Impostos e Contribuições a Pagar		631.662	174.588	1.574.320	1.339.495
Total		3.702.981	2.970.639	5.860.758	5.082.845

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

		Origens			Banco		
		30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos		5.722.132	638.141	155.353	7.419.977	(6.182.291)	1.393.039
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾		4.585.902	7.259.029	1.767.194	175.636	(825.231)	1.117.599
Superveniência de Arrendamento Mercantil		21.369	21.438	5.360	-	(17)	5.343
Outros		229.641	227.660	102.262	891	-	103.153
Total		10.559.044	8.146.268	2.030.169	7.596.504	(7.007.539)	2.619.134

		Origens			Consolidado		
		30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos		6.701.036	1.630.907	383.698	7.458.573	(6.255.338)	1.586.933
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾		5.133.059	7.646.179	1.788.454	269.424	(846.573)	1.211.304
Superveniência de Arrendamento Mercantil		1.390.346	1.343.391	335.784	29.974	(19.751)	345.007
Outros		977.872	476.538	200.541	244.837	(8.559)	436.818
Total		14.192.314	11.097.015	2.708.477	8.001.807	(7.130.222)	3.580.063

⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Banco			
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total Registrados
2022	161.081	128.143	30.654	319.878
2023	322.162	256.286	61.308	639.756
2024	321.271	256.286	61.308	638.865
2025	163.061	130.430	30.654	324.145
2026	28.705	22.871	-	51.577
2027 a 2031	2.871	2.287	-	5.158
Até 2032	-	-	-	-
Total	1.321.312	1.052.590		

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Investimentos	Ramoo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2022	
		Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	188.575	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	0,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos E Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	0,00%	100,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	250	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	21.726	-	0,00%	63,00%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	2,06%
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	96,57%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobilis Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Mobilis Labs Soluções em Tecnologia Ltda.					
Tecnologia	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
Controlada da Monetus Investimentos S.A.					
Monetus Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	510	-	0,00%	100,00%

Investimentos	Ramoo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2022	
		Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	5.090	4.809	19,45%	19,45%
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	Outras	255	-	25,32%	25,32%
CIP S.A.	Outras	9.114	-	17,87%	17,87%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	425.126.827	-	0,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros)	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

- Fundos de Investimentos Consolidados**
- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
 - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
 - Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
 - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
 - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
 - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) (2);
 - Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (3);
 - Santander FI Hedge Strategies Fundo (Santander FI Hedge Strategies) (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (5);
 - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Alacado - Não Padronizado;
 - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (6); e
 - Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (7).

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

(3) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(4) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(5) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021, controlado pelo Banco Santander, que detém 100% das cotas deste fundo.

b) Composição dos Investimentos

Investimentos	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		Banco	
			30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	30/06/2022	31/12/2021
Controladas do Banco Santander								
Santander Leasing	11.378.499	325.246	11.378.499	11.172.028	325.246	96.061		
Banco Bandepe S.A.	-	-	-	-	-	36.530		
Santander Brasil EFC	-	-	-	-	-	(35.574)		
Santander Corretora de Seguros Getnet S.A.	5.164.786	567.132	5.169.861	4.609.417	567.132	491.782		
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	3.443.986	153.607	3.443.986	2.690.379	153.607	34.018		
Aymoré CFI	12.680.583	375.381	12.680.583	2.305.203	375.381	730.031		
Sancap	1.302.364	417.759	1.302.364	992.882	417.759	155.311		
Santander CVMV	873.681	66.863	873.681	807.096	66.863	49.155		
Banco RCI Brasil S.A.	1.552.440	56.299	619.283	608.156	22.458	35.984		
Santander Brasil Consórcio	1.241.821	227.841	1.241.821	1.013.980	227.841	161.113		
CIP S.A.	2.088.955	94.196	373.296	-	16.832	-		
Outros	2.064.548	231.680	2.022.891	1.759.775	281.046	148.702		
Total	41.791.663	2.516.004	39.106.265	25.958.916	2.454.165	1.959.333		

Investimentos	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		Banco	
			30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	30/06/2022	31/12/2021
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander								
TecBan	953.622	59.649	180.997	169.676	11.321	28.501		
Gestora de Crédito	59.361	(50.066)	11.872	13.522	(10.013)	(7.209)		
Webmotors S.A.	299.401	28.306	209.580	189.317	19.813	17.070		
EBP	11.472	151	1.275	1.258	17	(15)		
Solution 4Fleet	-	-	-	11.603	-	-		
Santander Auto	52.191	10.622	26.095	21.262	5.311	2.167		
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.347	(172)	1.174	1.260	(86)	133		
PSA Corretora	1.488	407	744	540	204	(106)		
CIP S.A.	2.088.955	94.196	373.296	-	16.833	-		
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	210.332	-	42.067	-	-	-		
Outras	-	-	-	255	-	(11.975)		
Total	3.679.169	143.093	847.100	408.693	43.400	28.566		

15. Imobilizado de Uso

Investimentos	Custo	Depreciação	Residual		Banco	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Imóveis de Uso	2.457.105	(946.334)	1.510.771	1.546.882		
Terenos	637.457	-	637.457	640.772		
Edificações	1.819.648	(946.334)	873.314	906.110		
Outras Imobilizações de Uso	13.408.848	(9.124.330)	4.284.518	4.519.804		
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.579.067	(3.722.635)	1.856.432	1.982.893		
Sistemas de Processamento de Dados	2.482.838	(1.590.178)	892.660	927.367		
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	4.395.083	(3.213.660)	1.181.423	1.271.430		
Sistemas de Segurança e Comunicações	877.670	(569.215)	308.455	282.965		
Outras	74.190	(28.642)	45.548	55.149		
Total	15.865.953	(10.070.664)	5.795.289	6.066.686		

Investimentos	Custo	Depreciação	Residual		Banco	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Imóveis de Uso	2.737.773	(1.012.686)	1.725.087	1.774.302		
Terenos	707.226	-	707.226	712.200		
Edificações	2.030.547	(1.012.686)	1.017.861	1.062.102		
Outras Imobilizações de Uso	13.650.425	(9.268.917)	4.381.508	4.610.046		
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.622.285	(3.752.310)	1.869.975	1.983.785		
Sistemas de Processamento de Dados	2.539.875	(1.625.507)	914.368	951.003		
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	4.512.268	(3.289.743)	1.222.525	1.316.232		
Sistemas de Segurança e Comunicações	881.720	(572.630)	309.090	283.684		
Outras	94.277	(28.727)	65.550	75.342		
Total	16.388.198	(10.281.603)	6.106.595	6.384.348		

16. Intangível

Investimentos	Custo	Amortização	Residual		Banco	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(26.617.874)	602.641	702.497		
Outros Ativos Intangíveis	11.240.739	(6.549.473)	4.691.266	4.568.941		
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	7.149.537	(4.204.954)	2.944.583	2.711.778		
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.917.822	(2.222.360)	1.695.462	1.792.934		
Outros	173.380	(122.159)	51.221	64.229		
Total	38.461.254	(33.167.347)	5.293.907	5.271.438		

Investimentos	Custo	Amortização	Residual		Banco	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.271.901	(26.868.565)	1.403.336	1.434.721		
Outros Ativos Intangíveis	11.637.037	(6.794.933)	4.842.104	4.687.979		
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	7.528.745	(4.420.105)	3.108.639	2.845.136		
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.917.822	(2.222.360)	1.695.462	1.792.935		
Outros	190.470	(152.467)	38.002	49.908		
Total	39.908.938	(33.663.498)	6.245.400	6.122.700		

Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve impairment.

17. Captações a) Abertura de contas Patrimoniais

Sem Vencimento	Até 3 Meses
----------------	-------------

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	49.409.918	57.558.791
Negociação e Intermediação de Valores ⁽¹⁾	1.614.239	4.182.663
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.131.625	19.641.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.040.777	248.306
Relações Interfinanceiras	2.682.856	16.890
Relações Interdependências	5.540.913	5.425.924
Total	85.420.328	87.073.982

⁽¹⁾ No exercício de 2021, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 30.c) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão		Valor de Emissão (em Milhões)		Taxa de Juros (a.a.) ⁽¹⁾		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Notes - Nível I ⁽¹⁾	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7.250%	6.616.067	7.050.080		
Notes - Nível II ⁽¹⁾	nov-18	nov-28	US\$1.250	6.125%	6.605.427	7.038.527		
Letras Financeiras - Nível II ⁽²⁾	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	5.695.392	5.351.046		
Letras Financeiras - Nível II ⁽²⁾	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	214.739	201.755		
Total					19.131.625	19.641.408		

⁽¹⁾ As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

⁽²⁾ Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notas possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notas poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notas, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notas; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

19. Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	3.997.328	3.747.397
Obrigações com Cartões de Crédito	38.910.115	40.390.304	39.177.628	40.674.867
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.579.072	4.312.234	7.078.921	6.748.684
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.a)	4.898.609	5.033.675	5.205.377	5.325.716
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	314.445	324.728	314.446	324.728
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.686.673	2.699.902	1.703.745	2.728.125
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.789	22.307	4.789	22.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contratores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.737.843	1.794.489	2.043.068	2.077.434
Despesas do Pessoal	204.447	254.802	354.287	393.089
Despesas Administrativas	64.460	84.847	270.137	223.968
Outros Pagamentos	1.029.380	1.485.921	1.029.380	1.485.921
Credores por Recursos a Liberar	580.117	619.570	580.117	619.570
Fornecedores	632.946	777.377	1.191.773	1.318.328
Sociais e Estatutárias	816.779	1.149.828	942.174	1.468.031
Outras ⁽¹⁾	6.637.063	6.568.755	13.298.872	12.778.291
Total	62.097.234	65.519.235	77.192.538	79.936.952

⁽¹⁾ Inclui impactos da variação cambial referentes a Notas.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Após desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
	Saldo Garantias	Saldo Garantias	Saldo Garantias	Saldo Garantias
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.944.258	24.743	6.244.755	28.506
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	6.090.073	4.767	6.793.175	4.198
Vinculadas ao Fomento de Mercadorias	1.284.667	1.829	1.698.518	2.442
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.736.499	233.552	11.823.964	243.235
Outros Avals	2.304.720	1.310	2.748.497	1.897
Outras Fianças Bancárias	20.316.343	43.442	19.525.773	36.489
Outras Garantias Financeiras Prestadas	366.004	4.802	88.388	7.960
Total	47.204.564	314.445	48.926.070	324.727

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Saldo Inicial	324.728	255.179
Constituição	7.079	74.719
Reversão ⁽¹⁾	(17.362)	(5.831)
Saldo	314.445	324.067

⁽¹⁾ Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	4.579.072	4.312.234	7.078.921	6.748.684
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19)	4.898.609	5.033.675	5.205.377	5.325.716
Ações Trabalhistas	1.949.002	1.941.169	2.097.138	2.084.274
Ações Cíveis	2.949.607	3.092.507	3.108.240	3.241.469
Total	9.477.681	9.345.909	12.284.299	12.074.400

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco		Consolidado			
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.312.234	1.941.169	3.092.507	4.249.744	2.656.098	3.265.784
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	182.372	495.067	2.102	27.039	477.174	178.478
Atualização Monetária	175.519	70.222	213.827	35.817	40.022	190.875
Baixas por Pagamento	(23.035)	(557.456)	(358.829)	(119.198)	(768.209)	(765.207)
Saldo Final	4.579.072	1.949.002	2.949.607	4.193.493	2.405.086	2.859.929
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.413.949	699.064	528.281	1.306.277	714.829	696.150
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.789	4.038	769	5.246	3.218	770
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	1.416.739	703.102	529.050	1.311.523	718.047	696.920

	Banco		Consolidado			
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.748.684	2.084.247	3.241.469	6.707.293	2.900.835	3.441.445
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	196.666	542.990	143.072	35.084	482.040	231.111
Atualização Monetária	175.519	71.223	215.584	52.967	44.854	183.683
Baixas por Pagamento	(41.947)	(600.422)	(491.885)	(134.812)	(851.800)	(847.264)
Saldo Final	7.078.921	2.097.138	3.108.240	6.660.532	2.575.929	3.008.974
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.707.795	745.026	536.955	2.589.388	769.824	708.063
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.853	4.038	769	6.192	3.218	770
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	2.711.648	749.064	537.723	2.595.580	773.043	708.833

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recuados.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e COFINS - R\$2.026.374 no Banco e R\$4.201.226 no Consolidado (31/12/2021 - R\$1.973.373 no Banco e R\$4.090.025 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas ajustaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias.

Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorraram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$975.412 (31/12/2021 - R\$945.715) no Banco e Consolidado; em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTMV) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTMV na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTMV, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Prodban Serviços de Informática S.A. e Santander DTMV) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$129.827 no Banco e R\$135.006 no Consolidado (31/12/2021 - R\$53.936 no Banco e R\$53.936 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$277.139 Banco e R\$306.407 no Consolidado (31/12/2021 - R\$256.770 no Banco e R\$283.528 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificadas como risco de perda possível, estão descritas na nota 20.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banepsa - Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banepsa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banepsa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banepsa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banepsa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo administrativo e não anulou a sentença em função da ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para resolver a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Ex-Empregados do Banepsa - Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banepsa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banepsa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banepsa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banepsa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo administrativo e não anulou a sentença em função da ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para resolver a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Ex-Empregados do Banepsa - Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banepsa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banepsa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banepsa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banepsa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo administrativo e não anulou a sentença em função da ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para resolver a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Ex-Empregados do Banepsa - Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banepsa (AFABESP) requerendo o pagamento de

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Banco RCI Brasil S.A.	933.157	916.393	33.841	54.222
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	204.361	177.880	26.330	9.287
Banco PSA	132.773	129.975	3.018	5.986
Rojo Entretenimento S.A.	7.119	6.939	180	(142)
GIRA	7.085	3.109	3.976	(272)
Toro CTVM	94.007	22.948	31.392	(1.164)
Toro Investimentos	14.436	-	586	-
Solution 4Fleet	2.319	-	(356)	-
APE11	3.670	-	(251)	-
Total	1.398.928	1.257.244	98.716	67.918

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 25 de março de 2022 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2022, no montante de até R\$504.550 (quatrocentos e trinta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente com outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos meses seguintes findos em 30 de junho de 2022 e 2021, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a		01/01 a	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração Fixa	47,4%	1.733.644	47,1%	1.733.644
Remuneração variável - Em espécie	47,4%	1.733.644	47,1%	1.733.644
Remuneração variável - Em ações	47,4%	1.733.644	47,1%	1.733.644
Outras	24.330	24.764	24.330	24.764
Total Benefícios de Curto Prazo	240.781	179.264	240.781	179.264
Remuneração variável - Em espécie	82.643	70.962	82.643	70.962
Remuneração variável - Em ações	87.468	73.444	87.468	73.444
Total Benefícios de Longo Prazo	170.111	144.406	170.111	144.406
Total	410.892	323.670	410.892	323.670

Adicionalmente, em 2022 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$18.922 (2021 - R\$ 15.187).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.786	0,1%	4.786	0,1%	9.572	0,1%
Outros	345.963	9,1%	373.767	10,1%	719.730	9,7%
Total em Circulação	3.790.919	99,3%	3.652.060	99,2%	7.442.979	99,3%
Ações em Tesouraria	27.776	0,7%	27.776	0,8%	55.552	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	345.962	9,1%	373.766	10,2%	719.728	9,6%

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.374	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,6%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

⁽¹⁾ Empresas do Grupo Santander Espanha.

⁽²⁾ Composto por Fundacionários e Outros.

^(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco					
	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e de controle compartilhado ⁽²⁾		Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativo	8.771.446	3.268.928	109.335.233	116.021.480	7	1
Disponibilidades	892.424	1.479.611	97.123	8.732.257	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.688.926	-	82.554.336	85.480.227	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.193.646	1.277.596	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	(511.355)	503.203	(2.923.940)	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-	21.850.195	18.859.193	-	-
Operações de Crédito	-	-	1.927.637	3.250.610	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	8.167	293.413	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	310.922	531.612	-	-	-	-
Carteira de Câmbio - Líquida	736.530	(159.043)	-	-	-	-
Rendas a Receber	-	-	974.571	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	48.603	22.552	-	-
Outros Ativos - Diversos	142.644	1.923.587	177.752	1.049.572	7	1
Passivo	(21.083.220)	(25.508.810)	(42.396.932)	(20.956.304)	(355.474)	(522.995)
Depósitos	(931.415)	(10.995)	(2.687.724)	(29.918.620)	(28.846)	(28.409)
Operações Compromissadas	-	-	(6.425.071)	(7.262.118)	-	-
Operações de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	182.945	128.214
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.826.807)	(11.167.495)	(3.347.600)	16.038.641	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	258
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(103.483)	(241.641)	(1.817.261)	(128.901)	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.221.494)	(14.088.607)	-	-	-	-
Outros Passivos - Diversos	-	-	(119.276)	(120.413)	(517.825)	(639.507)
Garantias e Limites	-	-	-	-	8.252	16.448
Resultado	4.973.387	687.951	1.875.349	1.643.760	(363.083)	(306.571)
Receitas da Intermediação Financeira	4.846.642	955.158	3.321.240	909.339	188	116
Despesas da Intermediação Financeira	(230.115)	(157.422)	(1.615.779)	(678.839)	(1.241)	(450)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(103.370)	(109.785)	(181.001)	54.582	(362.030)	(306.237)
Resultado não Operacional	-	-	350.889	-	-	-

	Consolidado					
	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e de controle compartilhado ⁽²⁾		Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativo	8.771.516	895.492	25.452.351	33.167.206	21.576	20.034
Disponibilidades	892.424	1.479.611	78.714	8.732.257	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.688.926	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	848.477	955.737	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	(2.884.861)	-	-	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-	21.827.681	18.857.386	-	-
Operações de Crédito	-	-	1.549.007	3.528.333	21.569	20.033
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	-	21.811	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	310.922	531.612	-	-	-	-
Carteira de Câmbio - Líquida	736.530	(159.043)	-	-	-	-
Rendas a Receber	-	-	899.782	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	4.801	1.378	-	-
Outros Ativos - Diversos	142.714	1.923.657	170.861	963.081	7	1
Passivo	(21.083.220)	(25.508.810)	(9.493.197)	(10.323.407)	(368.677)	(547.895)
Depósitos	(931.415)	(10.995)	(978.399)	(1.496.059)	(28.846)	(28.672)
Operações Compromissadas	-	-	(2.295.885)	(1.003.908)	-	-
Operações de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	182.945	128.593
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.826.807)	(11.167.495)	(6.024.445)	(7.079.955)	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	258
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(103.504)	(241.641)	(44.951)	(31.280)	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.221.494)	(14.088.607)	-	-	-	-
Outros Passivos - Diversos	-	-	(149.517)	(147.492)	(531.028)	(664.264)
Garantias e Limites	-	-	-	-	8.252	16.448
Resultado	4.973.387	687.951	1.070.501	430.242	(413.038)	(324.016)
Receitas da Intermediação Financeira	4.846.642	955.158	418.552	155.789	188	116
Despesas da Intermediação Financeira	(230.115)	(157.422)	(1.875.349)	(909.339)	(1.241)	(450)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(103.370)	(109.785)	(488.541)	314.373	(411.985)	(323.682)
Resultado não Operacional	-	-	350.889	-	-	-

⁽¹⁾ Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.

⁽²⁾ Empresas relacionadas na nota 14.

⁽³⁾ Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Administração de Recursos	312.272	384.305	655.557	672.441
Serviços de Caixa Corrente	1.925.756	1.924.138	1.930.547	1.934.846
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	542.935	564.930	702.223	750.926
Operações de Crédito	248.385	231.324	407.583	417.320
Rendas de Garantias Prestadas	294.550	333.606	294.640	333.606
Comissões de Seguros	902.821	946.972	1.573.189	1.663.113
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.631.996	2.161.337	2.730.674	2.635.031
Cobrança e Arrecadações	704.980	748.086	770.774	743.195
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	613.879	562.510	769.613	718.956

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander", "Santander Brasil" ou "Companhia"):

a) Aquisição de Participação Societária na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vista à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

b) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

c) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

d) Aquisição de Participação Societária na Mobilis Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobilis Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobilis"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobilis ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobilis possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

e) Aquisição de Participação Societária na Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") - subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apé11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 90% do capital social da Apé11 ("Operação"). A Apé11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

f) Aquisição de Participação Societária na Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solutions4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passaria a deter 80% do capital social da Solutions 4Fleet ("Operação"). A Solutions 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos - modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

g) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcozra Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcozra") e subsequente incorporação da Fozcozra pela Liderança.

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") - subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcozra Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcozra foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

h) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passaria a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

i) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações").

j) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlava a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Santander DTVM passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

k) Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil. Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

l) Aquisição de Participação Societária na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Eireli

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 12 de março de 2021. Com a efetivação da a operação, o Banco Santander passou a deter 100% do capital social da Paytec. Conforme informado no item b acima, essas participações foram alienadas em 26 de maio de 2022 para Getnet IP.

m) Aquisição de Participação Societária no Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

32. Outras Informações

a) As cobrições e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$49.302.212 (31/12/2021 - R\$49.624.633) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.572.673 (31/12/2021 - R\$2.770.684) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$ 263.217.162 (31/12/2021 - R\$192.927.475) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2022, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$9.214.986 (31/12/2021 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2022, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$1.546.051 (31/12/2021 - R\$1.546.120)

d) Entre 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Sérgio Agapito Lires Rial - Presidente	Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)	José de Paiva Ferreira - Conselheiro	Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro		
Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Conselheiro	Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)	José Garcia Cantera - Conselheiro	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)		
Angel Santodomingo Martel - Conselheiro	Jose Antonio Alvarez Alvarez - Conselheiro	Marilia Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)			

COMITÊ DE AUDITORIA					
Deborah Stern Vieitas - Coordenadora			René Luiz Grande - Membro		
Mária Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado			Vania Maria da Costa Borgerth - Membro		

COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE					
Pedro Augusto de Melo - Coordenador			José de Paiva Ferreira - Membro		
Sérgio Agapito Lires Rial - Membro			Virginie Genés-Petronilho - Membro		

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE					
Marilia Artimonte Rocca - Coordenadora		Ávaro Antônio Cardoso de Souza - Membro		Luiz Masagão Ribeiro Filho - Membro	
Andrea Marques de Almeida - Membro		Carlos Aguiar Neto - Membro		Tasso Rezende de Azevedo - Membro	

COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA					
Ávaro Antonio Cardoso de Souza - Coordenador		Deborah Patricia Wright - Membro		Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro	
				Pedro Augusto de Melo - Membro	

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO					
Deborah Patricia Wright - Coordenadora		Sérgio Agapito Lires Rial - Membro		Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro	
				Pedro Augusto de Melo - Membro	

CONSELHO FISCAL*					
Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo		Louise Barsi - Membro efetivo		Manoel Marcos Madureira - Membro suplente	
José Roberto Machado Filho - Membro efetivo		Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente		Valmir Pedro Rial - Membro suplente	

*O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2021, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE					
Mario Roberto Opice Leão					

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Angel Santodomingo Martel					
---------------------------	--	--	--	--	--

DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS					
Alberto Monteiro de Queiroz Netto		Andrea Marques de Almeida		Jean Pierre Dupui	
Alessandro Tomao		Antonio Pardo de Santayana Montes		Gilberto Duarte de Abreu Filho	
				Patrícia Souto Audi	
				Vanessa de Souza Lobato Barbosa	

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA					
Adriana Marques Lourenço de Almeida		Franco Luigi Fasoli		Marcelo Augusto Dutra Labuto	
Alexandre Guimarães Soares		Gerald José Rodrigues Alckmin Neto		Maria Teresa Maurício da Rocha Pereira Leite	
Ana Paula Vitali Janes Vecovi		Germanuê de Almeida de Abreu		Marilize Ferrazza Santinoni	
André de Cavalho Novaes		Gustavo Alejo Viviani		Munilo Setti Riedel	
André Juacaba de Almeida		Gustavo de Souza Fosse		Paulo César Ferreira de Lima Alves	
André Rosenblit		Igor Mario Puga		Paulo Sérgio Dualibit	
Carlos Aguiar Neto		Jean Paulo Kambourakis		Ramón Sanchez Diez	
Celso Mateus de Queiroz		Luciana de Aguiar Barros		Ramon Sanchez Santiago	
Claudineia Lopes Duarte		Luis Guilherme Mattoso de Olem Bittencourt		Reginaldo Antonio Ribeiro	
Francisco Soares da Silva Junior		Luiz Masagão Ribeiro Filho		Ricardo Olivare de Magalhães	

CONTADOR

Diego Santos Almeida - CRC Nº 1SP 316054/O-4					
--	--	--	--	--	--

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o semestre findo em 30 de junho de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa,

demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Continua...

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril 2022. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no primeiro semestre de 2022.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2022 do Santander em padrão BRGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance*, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de *Compliance* e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.968/2021, 4.557/2017 e 4.893/2021, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 648/2021.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2022, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Plano de Trabalho; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; (iv) ao planejamento das áreas para as recomendações que eventualmente tiveram atrasos devido ao impacto da pandemia e (v) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao primeiro semestre de 2022, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

José Roberto Machado Filho - Presidente

São Paulo, 27 de julho de 2022.

CONSELHO FISCAL

Cassia Maria Matsuno Chibante

Louise Barsi

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(r) e 20)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2022. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2022, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/1.999. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2022, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021.

VI - Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

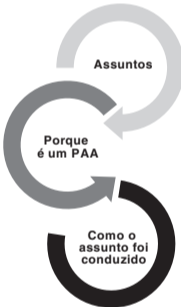
VIII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados e conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2022, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 27 de julho de 2022.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
 Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeiro
 René Luiz Grande
 Vania Maria da Costa Borgerth



Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de julho de 2022



PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
 Contador
 CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 30/07/2022 14:42 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/07/30/SANTANDER1563928130072022.pdf>

Hash:1659116522d9b151404ea541ea9ae14a61df4c069f